

PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO SOTEROPOLITANO

Ana Patrícia Santana dos Santos*

RESUMO: *A diferença entre as raças é um aspecto fundamental a ser levado em consideração nas discussões sobre desigualdade social, que aparentemente se mostra apoiada na injusta distribuição de riquezas e privilégios de poucos, agora revela uma nova fonte de sustentação ainda mais destrutiva que é a segregação racial. A busca pela democracia social passa pela equidade entre as raças, sendo necessário que o estado passe por um processo de igualdade racial, permitindo assim que todos - negros e não-negros - possam gozar da igualdade de oportunidades para garantir seu sustento e assegurar o pleno uso de suas capacidades. Objetivos: Analisar a participação discriminada dos negros no mercado de trabalho soteropolitano apontado a partir de estudos realizados pelos principais órgãos de pesquisa e estatística nacional. Metodologia: No primeiro momento, será realizada caracterização, definição e análise das causas desta disparidade vivida pelos afrodescendentes baianos, seja em sua inserção ou permanência no mercado de trabalho, através de dados secundários extraídos dos últimos estudos realizados pelo IPEA, DIEESE e IBGE. Em seguida, será realizada análise das ações governamentais e não governamentais, bem como aquelas fomentadas a partir da década de 90, como tentativa de promoção da igualdade entre as raças, tendo como aspecto fundamental a compreensão desta discrepância, que insiste em apontar para o uso de critérios discriminatórios baseados na cor dos indivíduos. Perspectivas do estudo: Cabe a Salvador, cidade que possui a maior e mais sólida cultura afrodescendente do país, iniciar o processo de inclusão do negro nas oportunidades de trabalho.*

Palavras-chave: Negros; Mercado de trabalho; Racismo.

INTRODUÇÃO

Estudos recentes realizados por órgãos nacionais de pesquisas e estatísticas, tais como IBGE, IPEA e DIEESE, denunciam uma gritante segregação racial presente no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo soteropolitano.

Segundo o DIEESE, em 2002, a taxa de desemprego é de 29% para os negros, e de 19,9% para os não-negros, gerando uma diferença de 9,1 p.p.

Já os rendimentos médios mensais dos negros e não-negros são respectivamente 513 e 1.110 (ocupação total) e 574 e 1.096 (assalariados), apurados em julho de 2002.

Dos empregados, um total de 43,9% está em situação de trabalhos vulneráveis frente a 29,0% da população não-negra.

Este quadro de desigualdade é ratificado pelo IBGE, que acrescenta em suas divulgações que o nível educacional não tem sido suficiente para diminuir esta desigualdade social, uma vez que, mesmo tendo o mesmo nível de formação, o trabalhador negro tende a ganhar um salário 30% a 50% menor.

Estes estudos revelam ainda que a desigualdade por cor é mais forte que por gênero, pois os homens pardos e pretos ganharam, em 2001, até 30% a menos que as mulheres brancas.

* Acadêmica do Curso de Administração de Empresas da Universidade Católica do Salvador – UCSal. E-mail: anapatsan@bol.com.br. Orientadores: Tatiana Marins Farias, Mestranda pela Faculdade de Medicina da UFBA, Professora do Curso de Administração da UCSal e Antonio Almeida Carreiro, Doutor em Educação, Professor do Curso de Administração da UCSal. E-mail: Antonio.carreiro@uol.com.br.

Dados como estes evidenciam as disparidades sofridas pelo afrodescendentes baianos na sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Mais que isto, apontam para o uso do fator étnico como fator restritivo e preponderante na vida profissional do negro brasileiro, principalmente o baiano visto que é na Região Metropolitana de Salvador, onde esta segregação se destaca - um paradoxo para o estado mais negro do país, cuja cidade possui a mais sólida cultura de raízes africanas, ratificando uma confusão entre convivência pacífica e ausência de preconceito.

Sendo assim, a pesquisa em pauta pretende analisar estes indicadores desfavoráveis aos negros, que se apresenta como consequência do uso de critérios discriminatórios - fruto de um passado escravista e de anos de exclusão desta raça que a levaram à subjugação e à imagem de inferiores intelectual e esteticamente.

É nesta perspectiva que, num primeiro momento, será caracterizado o problema evidenciado, apontando suas causas e definindo este que é um aspecto crucial da desigualdade social na região.

Em seguida, será apresentada uma breve análise das ações governamentais e não governamentais quanto ao tema abordado, bem como as ações e discussões fomentadas a partir da década de 90 e as tentativas de promoção da igualdade entre as raças no país e, em especial, na região baiana estudada.

Compreender esta disparidade, que insistem em apontar para o uso de critérios discriminatórios baseado na cor dos indivíduos, é o aspecto fundamental deste trabalho. Para satisfazer este objetivo, optou-se por não gerar, durante a sua realização, novos dados estatísticos, fazendo tratamento de dados secundários produzidos nos últimos anos por órgãos nacionais de pesquisas e instituições que se dedicam ao estudo da raça negra.

O Brasil é o país mais negro fora da África, tendo, no estado da Bahia, 82% da sua população negra. Assim sendo, tratá-los como subcidadãos é comprometer o seu próprio desenvolvimento. Por outro lado, assegurar que todos possam gozar do direito do uso e plena realização de suas capacidades de conseguir o seu sustento é um caminho seguro na busca pela unidade nacional necessária para o crescimento no país como nação.

OS NEGROS E OS NÃO-NEGROS NO MERCADO

O SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados - em parceria com o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos - evidenciam, em suas pesquisas, a asfixia social vivida pelo trabalhador negro. Os dados apresentados abaixo demonstram a discriminação ocupacional, salarial e a taxa de maior desemprego que os acometem.

São alarmantes as diferenças entre as taxas de desemprego apresentadas pelos negros e não- negros, acentuando-se em Salvador, Porto Alegre e São Paulo.

Estas diferenças são ainda maiores quando levado em consideração não só a cor, mas também o sexo destes trabalhadores. A taxa de desemprego para os homens não-negros é menor em todas as regiões quando comparada por outros grupos.

QUADRO 1 - Taxa de desemprego, por sexo e cor regiões metropolitanas do Brasil – 2002

(EM %)

REGIÕES METROPOLITANAS	NEGROS			NÃO-NEGROS		
	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS
BELO HORIZONTE	19,9	22,4	17,9	16,1	19,9	12,8
DISTRITO FEDERAL	23,0	25,2	21,0	17,2	21,2	13,3
PORTO ALEGRE	22,7	24,7	20,8	14,9	17,9	12,5
RECIFE	22,4	25,8	19,8	19,1	23,3	15,3
SALVADOR	29,0	32,0	26,2	19,9	21,9	17,9
SÃO PAULO	23,9	27,4	21,0	16,7	20,1	14,0

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2002.

Nota-se ainda que os homens negros têm taxas de desemprego superiores às das mulheres não-negras nas regiões de São Paulo, apresentando 21,0% e 20,1%, respectivamente, em Salvador 26,2% e 21,9% e em Porto Alegre 20,8% e 17,9%.

QUADRO 2 - População ocupada, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, por cor, Brasil.

(EM %)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	BRANCO	PRETA	PARDA
EMPREGADOS	49,2	50,5	45,5
MILITAR OU ESTATUTÁRIO	7,3	6,1	5,3
TRABALHADOR DOMÉSTICO	6,3	13,7	9,1
CONTA PRÓPRIA	21,7	20,5	23,5
EMPREGADORES	5,8	1,3	2,3
NÃO REMUNERADOS E OUTROS	9,7	4,9	14,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD, 2001.

Embora o negro tenha a sua inserção no mercado de trabalho de maneira precoce e apresente uma maior permanência nele, isso não lhe garante uma ascensão ou melhores posições.

O quadro acima demonstra as oportunidades no mercado. Observa-se uma grande concentração dos negros nos postos que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Sabe-se ainda que, nos setores administrativo e técnico-científico, os pretos possuem uma menor participação.

Uma vez inseridos no mercado e exercendo uma atividade remunerada, as diferenças são ainda mais evidentes, pois é exatamente nos diferenciais nos rendimentos entre as raças que é possível observar a ponta mais visível e incontestável da existência do racismo no mercado de trabalho. Revela-se que a diferença média salarial em Salvador chegou a 46,2%, em 2002.

QUADRO 3 - Rendimento médio real mensal dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por regiões metropolitanas – 2002.

REGIÃO METROPOLITANA	NEGROS		NÃO-NEGROS	
	OCUPADOS TOTAL ¹	ASSALARIADOS ¹	OCUPADOS TOTAL ¹	ASSALARIADOS ¹
BELO HORIZONTE	570	604	806	822
DISTRITO FEDERAL	916	1.047	1.432	1.565
PORTO ALEGRE	477	522	760	761
RECIFE	425	490	744	784
SALVADOR	513	574	1.110	1096
SÃO PAULO	558	614	1.007	1026

FONTE: DIEESE/SEADE, 2002

Nota-se que os negros recebem menos pelo seu trabalho, fato que ocorre tanto nas funções mais simples com nas mais valorizadas.

O NEGRO E SUA SUBCIDADANIA

A herança escravista e de políticas adotadas no período pós-abolicionistas construiu uma hierarquia racial que regula as relações sociais no país. Para o negro, isto se traduz em um somatório de prejuízos acumulados ao longo de sua história, cuja consequência maior é sua imobilização social.

Considerada a parcela mais pobre da população, os negros-descendentes são aqueles que menos têm a oportunidade de alterar a sua vida para melhor. São vistos como limitados intelectualmente, de estética inferior e de caráter questionável. É como um ciclo, onde o negro, com rendimentos menores ou desempregados, se vê impossibilitado de investir em sua capacitação, para pleitear uma vaga ou para buscar melhores posições.

A sociedade brasileira projetou sobre os pretos e pardos uma visão que o impede de exercer a cidadania por inteiro. A realidade é que as somas das dificuldades econômicas e educacionais herdadas por eles, em virtude de uma abolição que não tratou de incluí-los como cidadão, acabou por fazer crer que os negros são realmente incapazes de trabalhar, de vencer, estudar e aprender. E o pior é que esta visão preconceituosa e falsa é mais ou menos generalizada. Isto é, os próprios discriminados, na maioria das vezes, crêem nisso também, o imaginário é coletivo e, portanto compartilhado por todos. E mais difícil é encontrar o caminho para reverter esta situação, é como se os negros estivessem em um beco sem saída. (SANTOS, 2001 p.85).

Nas manifestações públicas, a problemática racial só ganhou visibilidade na década de 90. Nesta época, houve diversas tentativas de implementação de delegacias especializadas em crimes raciais, sendo extinta na mesma década. Foi também neste período que cresceram os movimentos sociais em defesa da raça; as organizações sindicais de trabalho encaminharam denúncia à organização internacional de trabalho, desencadeando uma série de medidas e ações voltadas para o enfrentamento dessas questões.

O atual governo federal criou uma secretaria, estimulando Salvador a inaugurar, em 2003, a Secretaria de Reparação Social visando atenuar a exclusão na cidade.

Ações como estas visam dar continuidade ao processo de libertação, que não se deve resumir a uma libertação física como ocorrera, mas sim na criação de políticas públicas capazes de atingir a base do problema: dificuldades econômicas, renda baixa e desemprego e dificuldades educacionais (capacitação).

BAHIA: LÍDER DA DESIGUALDADE

Em análise de todos os dados até agora, foi possível notar Salvador despontar como líder da desigualdade. De quase 2,5 milhões de habitantes de Salvador, 86% são negros e mestiços, segundo dados do IBGE. A maioria deles não tem acesso à educação, à saúde ou à habitação e vive aglomerada em favelas e bairros superpopulosos, como a Liberdade, com 600 mil moradores.

Um estudo sobre desigualdade racial, o qual cruza os dados do IBGE com o índice de desenvolvimento humano (IDH) da ONU (Organização das Nações Unidas), revela que a condição de vida dos negros que vivem no Nordeste é semelhante à dos mais pobres países africanos, como Gabão ou Botsuana. Elaborado pelo DIEESE/INSPIR, o Mapa da População Negra revela que, apesar dos pretos e pardos representarem cerca de 81% da população

economicamente ativa (PEA), eles também são os 86% dos desempregados. A participação dos jovens negros no mercado de trabalho (10 a 17 anos) é quase o dobro da dos brancos. O mesmo estudo revela ainda que a maioria dos brancos tem acesso aos direitos trabalhistas, o que não ocorre com os pretos e pardos. Estes enfrentam ainda maior instabilidade no trabalho: permanecem em média 64 meses em um emprego, enquanto os brancos, 77 meses. Os trabalhadores pretos e pardos ocupam ainda as funções mais precárias, duras e de conteúdos não qualificado. Cerca de 29% dos brancos ocupam cargos de direção e gerência, restando aos pretos e pardos apenas 9%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 mostrou que 6,7% da população com mais de 15 anos na região metropolitana de Salvador eram analfabetos. Entre brancos, o índice baixou para menos da metade: 3,3%. Os negros têm 10,1% dessa fatia da população sem saber ler ou escrever. Já entre os pardos, 6,5% são analfabetos.

CONCLUSÃO

A realização deste projeto permitiu a identificação de aspectos fundamentais para a compreensão da participação do negro no mercado de trabalho, bem como a questão do racismo na Região. Com a análise dos dados apresentados, faz-se notar a especificidade do racismo no Brasil, que envolve o negro em um ciclo vicioso, impedindo-o do seu desenvolvimento.

Embora o racismo aconteça em todas as esferas sociais, é no mercado de trabalho onde se identifica uma evidência objetiva, sendo nele que se torna necessário iniciar o processo de transformação.

O instrumento necessário para iniciar o resgate dos negros no ciclo vicioso que promove a manutenção de desigualdades consiste na educação. Assim, é possível atingir a falta de capacidade e, conseqüentemente, a baixa renda, mesmo que, para isso, seja necessária medida explícita em benefício dos negros como uma maneira de compensar aqueles que tiveram prejuízos em benefício dos outros.

Somente com o tratamento da classe trabalhadora como um bloco único e homogêneo será possível alcançar a cidadania plena e, conseqüentemente, a identidade nacional.

É nesta perspectiva que se pretende despertar a cidade de Salvador para iniciar o processo de inclusão da raça.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

BACELAR, Jéferson. **A hierarquia das raças**: Salvador: Ed. Atlas, 2001.

SANCHES, Neuza. **Cores do Brasil. Veja**, São Paulo, 26 de março de 1997, pp. 130-132.

MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO. **DIEESE**, Salvador, 2002

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS. **IBGE**, 2001